



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 5.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 17 DE JANEIRO DE 2017

Presidente: Exmo. Sr. Arlindo Barbosa

Secretário: Exmo. Sr. Mohamed da Glória

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 30 minutos.

Procedeu-se à auscultação dos representantes dos Grupos Parlamentares do ADI, MLSTP/PSD, PCD e UDD. Usaram da palavra os Srs. Deputados Maria das

Neves (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (UDD), Bilaine Ceita (ADI), Ana Rita (MLSTP/PSD) e Joaquim Salvador (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 16 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Bilaine Viegas de Ceita
Egrinaldo Viegas de Ceita
Joaquim Salvador Afonso
Ossáquio Perpetua Riôa
Jorge Bondoso

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Arlindo Barbosa Semedo
Ana Isabel Meira Rita
Mohamed Guadalupe da Glória

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Cotú

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar início ao nosso trabalho. Esta é uma auscultação a nível da 5.^a Comissão, em que convidamos representações de cada grupo parlamentar do ADI, MLSTP/PSD, PCD, incluindo o Sr. Deputado da UDD. Gostaria de agradecer a vossa presença. Havendo anuência, podemos avançar para que os que estão aqui e que representam os partidos possam passar depois as informações. Esta auscultação vem no quadro daquilo que é o engajamento da Assembleia Nacional para institucionalização do parlamento jovem, ou seja, o parlamento infanto-juvenil.

É um processo que já vem de longa data ou de outras legislaturas, e nunca conseguimos institucionalizar, apenas fazemos sessões anuais, assinalando a data de 16 de Junho. Bom, nesta legislatura, há um sentimento, sobretudo, da Assembleia e da própria comissão de nós materializarmos esse processo. Como é óbvio, sabemos que esse processo é difícil, é complexo e nem sempre há engajamento de todos, por causa de algumas interpretações, custos, enfim, mas estamos convencidos de que nesta legislatura possamos levar avante esse processo.

Tivemos em 2016 um acto que assinalou a data de 16 de Junho, e queremos em Junho 2017 ter a primeira sessão inaugural, mas com o parlamento já institucionalizado. O parlamento institucionalizado significa que temos que ter um quadro legal aprovado pela Assembleia Nacional, para institucionalização do referido parlamento. Inicialmente a nossa dificuldade era a legislação porque o *draft* que tínhamos era muito pesado, remetia ao processo eleitoral igual a dos partidos políticos.

Sabe-se que a Lei Eleitoral regula a eleição em São Tomé, na vertente dos partidos políticos e não queríamos para parlamento infanto-juvenil ter essa vertente política, por isso fomos forçados a fazer algumas alterações. Essa auscultação tem dois objectivos fundamentais. O primeiro objectivo é para receber as contribuições dos parlamentares nessa primeira fase. O segundo objectivo é a inclusão de todos para permitir que esta lei ou essa norma se adapte a nossa realidade e que os deputados aquando da iniciativa legislativa possam ter informações e participarem em todo esse processo. Por essa razão, estamos numa fase inicial e vamos levar ao longo do mês de Janeiro um rol de auscultações. No período da manhã, já estivemos com os representantes da UNICEF, do PNUD, das Organizações não Governamentais (ONG), da ACASTEP e da FONG. Esperamos ao longo ainda do mês de Janeiro receber os representantes do Ministério de Educação, que são parceiros e estão ligados a todo esse processo. Iremos também receber as delegações distritais e regionais. Como sabem, esse programa inclui crianças e jovens que estão a estudar, na idade compreendida entre 10 e 17 anos. O Ministério da Educação é um parceiro fundamental na materialização desse processo, porque caberá ao Ministério, através das escolas, proceder à eleição das crianças.

Há muitos deputados e os grupos parlamentares que não terão recebido o *draft* da norma e isso pode impossibilitar a análise mais profunda, mas, como eu disse, a auscultação decorrerá todo o mês de Janeiro. Continuaremos a estar abertos, independentemente da auscultação que estamos a realizar esses dias, para podermos receber eventualmente por escrito na 5.^a Comissão, mas nada impede, aquando da discussão na generalidade e especialidade, que sofra alteração. Para que o diploma não crie muito entrave, aquando do debate, eis a razão de estarmos a fazer esse processo logo no início, para permitir que haja contribuição de

todos, para que a 5.^a Comissão na devida altura possa fazer as alterações devidas. Desde logo, para facilitar a análise colocamos 5 ou 6 aspectos que constituíram alguma dúvida na Comissão.

Colocamos as audições ao nível dos grupos parlamentares, mas não impede que haja outras contribuições, para além daquelas que assinalamos.

Bom, primeiro, queria informar de que essa norma abrange crianças e alunos de 1.^o e 2.^o ciclos do Ensino Básico e Secundário, a partir da 5.^a classe. O programa beneficia também crianças portadoras de deficiências físicas e do ensino privado. Nós também estamos a adoptar, em função daquilo que é a nossa legislação, ou seja, esse parlamento será composto por 55 crianças e jovens, distribuídos da seguinte maneira. Hoje conseguimos fazer uma ligeira alteração. Temos referência ao Distrito de Mé-Zóchi e Água Grande, no artigo 7.^o. Na proposta inicial, Água Grande e Mé-Zóchi tinham 12/12, mas aquando da auscultação dessa manhã e com alguma lógica, levantou-se uma preocupação que Água Grande deveria ter maior número em relação a Mé-Zóchi, e explicamos porquê.

Não estamos a submeter a Lei Eleitoral, porque se formos buscar crianças do ensino privado, essas instituições estão em Água Grande. Por isso, há alguma lógica de que Mé-Zóchi não deveria ter o mesmo número. Então, apresento a proposta com alteração, Água Grande passará a ter 14, Mé-Zóchi 10, Lobata 5, Cantagalo 6, Lembá 5, Caué 4, Região Autónoma de Príncipe 5. As organizações não governamentais 3, crianças portadoras de deficiências também 3, totalizando 55 alunos eleitos para o parlamento.

O diploma também explica o modo da eleição e poderão depois ver que não remete a Lei Eleitoral. As crianças representarão os seus distritos enquanto círculos eleitorais, enquanto bancadas parlamentares. Porquê? Porque estamos a fugir a todo o sistema da Lei Eleitoral. Bom, já agora, eu coloco essas cinco questões para ajudar um pouco na análise. A primeira é a questão da nacionalidade. Há vezes que se levantaram por causa da exclusão, dizendo que todas as crianças que estão no sistema ou fora dele, seja ele são-tomense ou não, deveriam ser beneficiadas. Nós, a 5.^a Comissão, temos uma posição clara em relação a isso, e porque se trata de uma lei para São Tomé, deveriam ser beneficiados os são-tomenses. Penso que para a questão da nacionalidade, estamos a defender que seriam crianças e alunos que estão dentro ou fora do sistema, mas são-tomenses, independentemente da origem. E justificamos isso, sobretudo hoje na auscultação, de que em São Tomé está previsto também os casos em que possa haver ou adquirir dupla nacionalidade.

Qualquer criança que está no sistema do ensino são-tomense, se quiser beneficiar desse programa parlamento infanto-juvenil, deve fazer essa opção, mas colocamos aqui para que os Srs. Deputados também, possam se exprimir sobre isso. Na Comissão é consensual que seriam beneficiados os alunos são-tomenses. Outra questão é a eleição. Essas eleições decorrerão nas escolas em função dos critérios que serão definidos. Um dos critérios é já a questão da idade, dos 10 a 17anos, significa dizer que crianças não cumprirem esse requisito, não apresentarão a candidatura. Há formulários anexos a lei que explicam como é que aparecem as candidaturas e nenhuma criança ou nenhum aluno apresentará candidatura sem ter anuência ou uma declaração escrita dos pais e o diploma também está a prever um modelo para essas declarações, porque é preciso as crianças terem autorizações prévias, para participarem no parlamento infanto-juvenil, dos pais ou os encarregados de educação.

Em 2016, experimentalmente, partimos para selecção e que pensamos que iremos evitar algumas questões de facilitismo, por isso na selecção as crianças serão eleitas. Há um dos critérios que também vamos exigir as escolas que é preciso ver essa questão de género, para permitir que haja um equilíbrio ao nível do parlamento. Mas vimos essa experiência em 2016, dos critérios que foram definidos, sobretudo aproveitamento escolar, comportamento, assiduidade, enfim, penso que grande parte desses critérios, quem consegue ter a nota positiva são as raparigas.

Então, em relação a isso podemos garantir que são questões rápidas de ultrapassar. Há um terceiro aspecto que tem a ver com a duração do mandato. A duração do mandato é para dois anos, iniciará em Junho de 2017. E em cada ano haverá uma sessão ordinária e nós também hoje recebemos uma contribuição que seria bom o diploma prever reuniões extraordinárias. Poderá acontecer algo e nós também vamos contemplar no diploma uma ou outra reunião extraordinária, se houver necessidade, porque sabemos que pondo aqui várias sessões por ano, implica a questão de custos.

Já falei também da distribuição por distrito que sofreu uma alteração relativamente a Água Grande, basicamente são esses quatro aspectos que eu gostaria que nos pronunciássemos para receber a contribuição dos membros. Não sei se fui claro em relação àquilo que foram as preocupações que vimos ao nível da auscultação. De resto, tudo continuará a estar aberto e tudo indica se conseguirmos avançar, em Fevereiro, antes do fecho da sessão legislativa, para podermos exercer a iniciativa legislativa. Como os Srs. Deputados sabem, da parte do Governo não vai acontecer, será necessariamente a iniciativa dos deputados e dos grupos parlamentares. Eis a razão por que queríamos previamente essa auscultação e a contribuição das bancadas parlamentares.

Em termos de metodologia, podemos passar a palavra para aos representantes dos grupos ou dos partidos, e depois se houver alguma perguntas em concreto, poderei explicar.

Poderíamos começar, essa é a metodologia, sem mais delongas, pela Sra. Deputada que representa o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, pelo facto de UDD não ter o grupo parlamentar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da 5.^a Comissão, antes de mais gostaria de saudar...*Deficiência na gravação.*

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Obrigado a Mesa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde. Acabei de receber o documento mesmo hoje, não tive a oportunidade de o ler todo, mas estamos a falar do parlamento infanto-juvenil, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, se as crianças de 10 a 17 anos, essas crianças apenas vêm da escola. Por exemplo, nas comunidades, não virá nenhuma criança? Há crianças com 15 a 16 anos, tem 9.^a classe, mas já não estudam e vivem numa comunidade. Gostaria de perguntar se essas crianças das comunidades também serão beneficiadas.

Associo-me a Sra. Dra. Maria das Neves, não sei, ouvi que na sexta-feira vamos ter sessão, não sei se poderão ser aprovados, se a Assembleia terá meios disponíveis para resolver essa questão, porque isso tem grande custo e trabalho. Penso que deve haver um trabalho de mobilização. Eu queria deixar também a minha preocupação, os alunos, por exemplo, que forem eleitos nas escolas, se a comissão vai acompanhar esse trabalho. Porque não podem ser só os professores a eleger. Queria que houvesse uma atenção a todas as crianças, por exemplo, que estão previstas para ser beneficiadas. Porque hoje só há o jogo de empurra, podem ir lá buscar primos e irmãos. Essa é minha contribuição nesta Casa Parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se nesta fase há algum dos Srs. Deputados que queiram responder, mas poderia clarificar dois ou três aspectos rapidamente aí levantados. Desde logo agradecer aos intervenientes. Temos essa questão do orçamento. É uma das preocupações da Comissão. É por essa razão que a 5.^a Comissão, para avançar com isso, primeiro teve que ter o engajamento de própria Assembleia, todos nós ouvimos o discurso do Presidente, quando recebeu aquelas crianças, recebeu a UNICEF, enfim, e mais do que isso no quadro de cooperação com Portugal também foi assinado um acordo de cooperação para esse fim e que contempla a questão do parlamento infanto-juvenil. Mas sempre constituiu a nossa preocupação. Antes de nós avançarmos para a materialização deste projecto, já tivemos encontro com Secretário-geral da Assembleia, já tivemos encontro com o Presidente da Assembleia e pelo menos nos encontros houve uma grande sensibilidade da parte da Assembleia, por isso é que a 5.^a Comissão tem esse mandato para avançar nessa questão.

Estamos também a preparar um *draft* do orçamento e a Assembleia terá que nos ajudar apontando o custo para esses dois anos, incluindo a realização de duas sessões por ano. Também não conhecemos o orçamento da Assembleia, sabemos que em 2016 havia uma verba que era irrisória, e no encontro que tivemos com Secretário-geral fizemos saber que essa verba é insignificante e na discussão do orçamento, penso que o Secretário-geral terá em conta o aumento dessa verba. Em relação aos parceiros, a UNICEF e o PNUD estão disponíveis desde que a Assembleia apresente custos para também darem a contribuição. Gostaria de informar que em 2016 para realizarmos esse acto assinalando a data, só a UNICEF assumiu cerca de 90% do custo, com as deslocações das crianças. Hoje no encontro que tivemos com a UNICEF disseram que também estão abertos, mas é preciso que a Assembleia indique de facto um orçamento, para permitir que eles também possam contribuir. A sustentabilidade desse projecto contará com apoio da Assembleia, UNICEF e PNUD que são parceiros e o Governo através do Ministério de Educação.

Faremos uma audição ao Ministério da educação, para permitir que o Governo também tenha essa preocupação. Penso que nesse capítulo de sustentabilidade se houver vontade de todos poderemos implementar o projecto. Também se não houver vontade, teremos problemas na sustentabilidade e materialização do parlamento infanto-juvenil, mas todos os discursos, mesmo a UNICEF que é um dos parceiros fundamentais tem interesse enorme para poder institucionalizar o parlamento infanto-juvenil. Para vossa informação, a UNICEF desde 2016 enviou-nos já uma nota a pedir que deveríamos fazer um acto formal em 2017.

Só que nós é que invertemos e não queríamos repetidas vezes, estar a fazer só o acto formal, acto formal, para assinalar a data. Queremos institucionalizar o parlamento infanto-juvenil através da legislação. Por isso, é que estamos nessa fase. O Sr. Deputado Felisberto, contempla, sim, crianças fora do sistema. Agora, há organizações que respondem por essas crianças. Porque não vamos pegar só crianças avulsas, porque estão fora, mas aquelas que estão enquadradas e que não estão sistema, mas que pertencem a uma ou outra organização, aí sim, estão contempladas através dessas organizações e própria a lei prevê isso.

Concordo sim, Sra. Deputada Maria das Neves, com a questão de critérios e um deles se bem que não falei no início, a questão de vocação parlamentar, também é um dos critérios necessariamente que virá, mas isso será no quadro de sensibilização, quando estivermos nas escolas, porque haverá todo um processo de sensibilização que a 5.^a Comissão irá fazer. Vamos acompanhar o processo das eleições nas escolas, vamos ter que explicar aos professores, vai-se criar as direcções para o processo eleitoral em cada distrito e em cada escola, e todos esses modelos serão explicados, é uma questão que queremos inovar, acompanhados pela associação de pais e encarregados de educação, para poderem também estar presentes.

A Sra. Deputada Maria das Neves, nós de facto para essa distribuição, penso que na comissão não tocamos na questão da densidade populacional, pegamos aquilo que é o figurino do parlamento actual, e

fizemos. A única coisa que se alterou no nosso parlamento é os deputados fora do ensino. Então, tiramos um deputado para cada distrito para atender a essas seis vagas. Agora, levanta-se uma questão importante e poderemos rever isso numa outra reunião da Comissão, que é a densidade populacional. Não sei se hoje Mé-Zóchi tem mais escolas que Água Grande, é preciso vermos esse aspecto. Todavia, é uma questão em aberto. O critério usado, pegamos na distribuição actual do nosso figurino parlamentar e reduzimos para cada distrito um deputado totalizando-se seis, para atender às crianças portadoras de deficiência física e as crianças fora do ensino.

Penso que é isso, mas a Sra. Deputada Bilaine quer acrescentar mais alguma coisa, agradeço.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Não vimos essa questão desse ponto de vista, também concordo com a questão da densidade populacional, mas iria um bocadinho mais longe, talvez a densidade populacional escolar. Saber o número de crianças que existem nas escolas ao nível distrital e com base nisso extrair o número de deputados para o parlamento infanto-juvenil.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Gostaria de focar na questão do orçamento, para dizer que em 2015 já estava no orçamento da Assembleia uma verba de 500 milhões para o parlamento infanto-juvenil, mas não foi possível a Assembleia disponibilizar a verba.

Em 2016 vi a execução orçamental, a Assembleia só disponibilizou 100 milhões, se calhar para actividade do parlamento infanto-juvenil. Para dizer que em 2017 também o montante que está no orçamento da Assembleia é de 500 milhões. O grande problema com essa verba é que ela aparece no orçamento capital e, como sabem, não é executado. Sugeriria que se falasse com o Sr. Secretário-geral propondo que essa verba fosse transferida para despesas correntes. Acho que assim teríamos mais possibilidade de ter a verba disponível porque no capital quase nunca é executada.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente ao orçamento, em princípio se tivéssemos já o orçamento da Assembleia poderíamos ajuizar nesse sentido, mas vamos tomar como base aquilo que foi 2016 e porque há um processo de sensibilização que vai ocorrer este ano e fazendo este somatório poderá dar-nos uma pista daquilo que é uma previsão para 2017 e fazendo comparação.

Mas, todavia, até a discussão do orçamento da Assembleia teremos um *draft* daquilo que foi em 2016, pelo menos em termos de custos, e outro para esse processo de sensibilização. Como sabem um processo de eleição, sensibilização também tem custos elevados, deslocação para escolas, ida ao Príncipe, selecção das escolas, enfim, isso é complicado.

Na altura da discussão do orçamento, iremos confrontar a Assembleia porque se tem um parecer fundamental sobre a sustentabilidade deste projecto. Sabemos que essa verba que está contemplada para esta actividade só se usou em 2016, e está na despesa de capital, o que dificulta a gestão disso nas despesas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Quero saudar as Sras. e Srs. Deputados de outros grupos parlamentares e desejar-lhes muita paz, muita saúde e muita prosperidade em 2017.

Sinto-me bastante ultrapassado em relação ao reforço de informação sobre a questão do orçamento, mas quero aproveitar aqui e subscrever sobre a proposta que vem da Sra. Deputada Ana Rita, pedir e contar desde já com o apoio dos Srs. Deputados para que esse orçamento seja transferido para permitir que possa vir nos ajudar.

Queria replicar aqui a questão de nacionalidade e saudar também a convicção que tem a Sra. Deputada Maria das Neves. No nosso entender é um parlamento são-tomense e cabe aos são-tomenses falar sobre os assuntos de São Tomé e Príncipe. Caso contrário, estaríamos a entrar em choque porque um dia termos qualquer pessoa vir e falar sobre aquilo que é de São Tomé e Príncipe ou voltar a falar sobre estrangeiro e fazer aqui uma cacofonia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria da Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Obrigada, gostaria de reagir a duas questões.

A primeira é em relação a densidade populacional. Quando me referi era mesmo sobre a população infanto-juvenil não era toda a população e até fazia referência que este grupo etário dos 10 aos 17 anos e de acordo com os dados disponíveis é dos grupos onde há uma maior densidade populacional.

A segunda questão, Sr. Presidente, que me preocupa é o orçamento. Suponho que um exercício deste está completamente invertido. Não é Assembleia que coloca lá o valor que acha para fazer o parlamento infanto-juvenil, mas sim o processo deveria ser o contrário.

O Sr. Presidente falou aqui de todo o processo selectivo que vai começar, portanto, vai-se deslocar às escolas para poder seleccionar as crianças, não sei como irá ser feito. Julgo que alguém deveria fazer o orçamento de quanto isso irá custar.

O Sr. **Presidente**: — Desculpe, mas já apresentamos um *draft* à Mesa da Assembleia

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — E desse orçamento saber já qual deve ser a comparticipação da Assembleia e qual deve ser a comparticipação dos parceiros, e não aprovar 100 ou 500 milhões sem ter esse orçamento, depois pode-se chegar ao meio com falta de meios para concluir o processo.

Se já existe um orçamento de base acho que o critério que a Assembleia deve utilizar para dotar a verba deve ser na base do orçamento que foi apresentado.

Em relação a essa despesa de capital e despesa corrente, isso vem também da própria classificação que faz as finanças. Porque há determinado tipo de despesa, se for para pagar salário, para essas coisas podem estar como despesa corrente, mas se isso implica algum investimento em função do montante. O que se tem que saber também qual é a fonte de financiamento. Porque se for um orçamento de capital com financiamento de Taiwan, com todo esse terramoto que houve vai ser um orçamento que não será executado porque já não haverá essa fonte de financiamento.

Daí que há duas questões. É ver em função do montante porque incluir uma despesa como corrente ou capital depende do montante que está em causa e depois saber qual é a fonte de financiamento. Se for Taiwan que se encontre uma outra fonte de financiamento.

Se UNICEF ou PNUD está disponível deve-se encontrar uma fonte de financiamento que seja exequível de modo a não comprometer depois o desbloqueamento das verbas para a realização dessa actividade.

O Sr. **Presidente**: — Por isso há muitas questões em termos de metodologia. Porque antes de estarmos nesta fase de esclarecimento já colocamos esta preocupação ao Presidente da Assembleia e ao Secretário-geral.

Ouvi dizer que na sexta-feira vai-se discutir o orçamento da Assembleia, mas nós da 5.^a Comissão não fomos chamados. O que nos têm dito é que está bem, tomamos boa nota vamos tomar em consideração a preocupação, só somos braço da Assembleia para poder materializar o processo. Estamos à espera para saber qual será o montante, aqui já avançou a Sra. Deputada que faz parte do Conselho de Administração que mantém os 500 milhões.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PCD). — Estava aqui a ver bem são 100 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Como vêm,...

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Mas qual era o orçamento inicial?

O Sr. **Presidente**: — Inicialmente tínhamos 500 milhões no orçamento passado. O que fizemos agora para sensibilização ronda quase 10 mil dólares, só para sensibilização.

Temos o custo que se realizou em 2016 que não altera muito. Penso que Assembleia deveria pegar esses valores e poder fazer já o orçamento para um ano. Agora 100 milhões, sei que são que vamos ter, mas o Sr. Secretário-geral terá que responder, como ele reduz a verba se ele tem as documentações, ouviu as preocupações em relação ao parlamento infanto-juvenil, enfim. Vamos fazer a nossa parte e esperamos a resposta aquando da discussão do orçamento.

Por isso, é que vamos pedir o custo do ano passado, o orçamento que submetemos a Mesa para o PNUD no quadro da sensibilização, talvez adicionando estes dois custos teremos já ideia anual daquilo que é preciso.

Este ano o custo será maior em relação a 2018 se isto pegar. Porque em 2018 já não teremos a sensibilização e a mobilização, não teremos nada. Só teremos em função das sessões ordinárias o custo igual a 2016. O maior custo está na parte inicial que tem a ver com a institucionalização, o próprio diploma, enfim.

São essas informações que gostávamos de passar. Agradecemos as contribuições que foram dadas. Já nos disseram que é 100 milhões, agora temos que fazer afinco porque com 100 milhões o PNUD vai desmoralizar-se em materializar o projecto, bem como a UNICEF, esperemos para ver. Estaremos lá no dia da discussão do orçamento para poder levantar essas preocupações. Caso não haja mais preocupações uma vez mais queremos agradecer a representação do MLSTP/PSD e o Sr. Deputado da UDD pela contribuição dada e não havendo mais nada vamos encerrar essa reunião de audição e o nosso muito obrigado.

Eram 16 horas e 15 minutos.